

Inquérito Civil n. 06.2021.00002420-4.

OBJETO: Implementação e estruturação de Serviço de Inspeção Municipal - SIM

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Bom Retiro, com atribuição para atuar na Curadoria do Consumidor, e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE BOM RETIRO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Major Generoso, 350 - São José, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Albino Gonçalves Padilha, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do **INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 06.2021.00002420-4**, nos termos dos artigos 19 e seguintes do Ato n. 335/2014/PGJ; artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; e artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi conferida legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos do consumidor enquanto coletividade (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 81, parágrafo único, incisos I a III, e artigo 82, inciso I, ambos da Lei n. 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor (CDC) e artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85);

CONSIDERANDO que, em obediência à imposição do artigo 5º, inciso XXXII, da CRFB, no sentido de despertar o Estado a promover, “na forma da lei, a defesa

do consumidor”, foi publicado, em 11 de setembro de 1990, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO ser direito básico do consumidor a proteção de sua vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (artigo 6º, inciso I, do CDC);

CONSIDERANDO que o Código Consumerista, em seu artigo 18, § 6º, inciso II, dispõe que *"são impróprios ao uso e consumo: os produtos deteriorados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação"*;

CONSIDERANDO que o artigo 39, inciso VIII, do CDC, estabelece que *"é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (...)"*;

CONSIDERANDO o artigo 55, parágrafo único, do CDC, o qual dispõe que *"a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias"*;

CONSIDERANDO ser obrigatória a prévia fiscalização, industrial e sanitária, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados, em trânsito e comercializados (artigo 1º da Lei Federal n. 1.283/50 e artigo 1º da Lei Estadual n. 8.534/92);

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 1.283/50, a qual dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, preceitua, no seu artigo 7º, que nenhum estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal poderá funcionar no país, sem que esteja previamente registrado no órgão competente para fiscalização prévia;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 7.889/89, em seu artigo 1º, prevê

que a prévia inspeção, sanitária e industrial, dos produtos de origem animal, de que trata a Lei n. 1.283, de 18 de dezembro de 1950, é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do artigo 23, inciso II, da CF;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 8.171/91, em seu artigo 3º, inciso VI, prevê, como objetivo da política agrícola, a promoção da descentralização da *“execução dos serviços públicos de apoio ao setor rural, visando a complementariedade de ações com Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, cabendo a estes assumir suas responsabilidades na execução da política agrícola, adequando os diversos instrumentos às suas necessidades e realidades”*;

CONSIDERANDO que o artigo 27-A, inciso IV e parágrafo primeiro, da Lei Federal n. 8.171/91 preceitua que *“são objetivos da defesa agropecuária assegurar: IV – a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores”* e que, *“na busca do atingimento dos objetivos referidos no caput, o Poder Público desenvolverá, permanentemente, as seguintes atividades: (...) IV – Inspeção e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico”*;

CONSIDERANDO o artigo 28-A, caput e parágrafo primeiro, da Lei Federal n. 8.171/91, incluído pela Lei n. 9.712/98, que dispõe: *“Visando à promoção da saúde, as ações de vigilância e defesa sanitária dos animais e dos vegetais serão organizadas, sob a coordenação do Poder Público nas várias instâncias federativas e no âmbito de sua competência, em um Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, articulado, no que for atinente à saúde pública, com o Sistema Único de Saúde de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, do qual participarão: I – Serviços e Instituições oficiais; [...] §1º A área municipal será considerada unidade geográfica básica para a organização e o funcionamento dos serviços oficiais de sanidade agropecuária”*;

CONSIDERANDO o artigo 3º, incisos I a IV, da Portaria SAR (Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural) n. 17/2020, os quais determinam que os Serviços de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal no Estado de Santa Catarina serão realizados por meio de ações conjugadas dos seguintes órgãos: *“I – Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR); II –*

Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC); III – Empresas, cooperativas e associações credenciadas pela CIDASC; IV – Municípios e Consórcios de Municípios”;

CONSIDERANDO a responsabilidade do gestor público na administração de recursos públicos, notadamente, na sua aplicação, a fim de que seja alcançada a eficiência administrativa, traduzida no princípio da eficiência esculpido no artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Serviço de Inspeção Municipal adequadamente estruturado possibilita, exemplificativamente: 1) proteger e defender os consumidores de quaisquer condutas irregulares praticadas pelos fornecedores, tais como oferta e comercialização de produtos impróprios ao consumo; 2) promover a regularização das agroindústrias familiares, agroindústrias de pequeno porte, cooperativas, associações e quaisquer outros operadores da cadeia de produção agropecuária, contribuindo para a agregação de valor à produção local e permitindo que se submetam ao controle estatal; 3) combater a clandestinidade na produção e comércio de produtos de origem animal; 4) incrementar a receita tributária municipal através das geração de taxas e impostos;

CONSIDERANDO que inspeções e fiscalizações dos produtos de origem animal evitam fraudes em alimentos, garantindo o cumprimento fidedigno dos regulamentos técnicos de identidade e qualidade dos produtos elaborados pelas agroindústrias, e que a ingestão de carne imprópria ao consumo pode ocasionar sérios problemas à saúde dos consumidores (como salmonelose, gastroenterite e outras toxinfecções de origem alimentar, teníase, cisticercose, câncer, alterações hormonais e toxoplasmose), inclusive levando-lhes à morte;

CONSIDERANDO a existência do Programa Segurança dos Alimentos, eleito pelo Ministério Público de Santa Catarina, com participação da sociedade catarinense, como prioridade para os anos 2020-2021, e que tem como um de seus objetivos promover a articulação com os Órgãos Públicos Municipais, Estaduais e Federais incumbidos da fiscalização dos setores regulados, cujos produtos e serviços representam riscos à saúde dos consumidores, bem como o estímulo do Poder Público a fim de constituir e estruturar órgãos de fiscalização de produtos e serviços potencialmente causadores de riscos à saúde dos consumidores e incentivar a regularização dos

fornecedores de produtos afetos à área da saúde do consumidor;

CONSIDERANDO que fora firmado o Termo de Cooperação Técnica n. 3/99, instituindo o Programa de Proteção Jurídico Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal – POA, envolvendo o Ministério Público, as Secretarias de Estado da Fazenda, da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, da Saúde, da Segurança Pública, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina, cujo objeto é a fixação de critérios e normas de atuação conjunta, por meio dos órgãos envolvidos, para a inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, visando à garantia da qualidade e segurança para o consumo e à preservação ambiental;

CONSIDERANDO que foram coletados dados dos Serviços de Inspeção Municipal de todo o Estado de Santa Catarina, em relação à estrutura legal, física, recursos materiais e humanos, estrutura administrativa e operacional, constatando-se que o município de Bom Retiro carece de melhor estrutura para o Serviço de Inspeção, porquanto a disponibilização, à fiscal, de equipamentos e utensílios utilizados na atividade de inspeção e fiscalização, foi considerada em quantidade e/ou qualidade insuficiente e/ou inadequada; além da desatualização da lei de criação do sim e/ou promulgação de decreto regulamentador, com base na nova legislação sanitária que rege a matéria e descrição em legislação e instrução do devido processo administrativo sanitário, em se detectando irregularidades nos estabelecimentos;

RESOLVEM

Firmar o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC**, com fulcro no artigo 5º, §6º, da Lei Federal n. 7.347/85 e no artigo 97 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar n. 738/2019), mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

O COMPROMISSÁRIO compromete-se a adotar as medidas administrativas necessárias para a efetiva implementação, funcionamento e estruturação

do Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M, de modo a atender à demanda proveniente dos estabelecimentos registrados e em processo de registro e dos consumidores da região, contados a partir da assinatura deste Termo, conforme prazos abaixo estipulados:

(a) no prazo de 180 (cento e oitenta dias), providenciar mobiliário, computadores, telefone fixo, telefone celular com câmera, equipamentos e ferramentas para inspeção (termômetro de ambiente e de produtos, Phmetro, clorímetro, entre outros), uniformes e equipamentos de proteção individual **suficientes** e **adequados** para toda a equipe;

(b) no prazo de 90 (noventa) dias, proceder a atualização legislativa da lei de criação do SIM e/ou promulgação de decreto regulamentador, com base na nova legislação sanitária que rege a matéria, inclusive com a descrição em legislação e instrução do devido processo administrativo sanitário, em se detectando irregularidades nos estabelecimentos.

O COMPROMISSÁRIO compromete-se a lavrar os documentos de fiscalização, como autos de infração, autuação e multa e a instaurar o devido processo administrativo sempre que constatadas irregularidades e infrações à legislação sanitária nos estabelecimentos registrados, levando a efeito a aplicação das devidas penalidades, quando for o caso;

O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, **no prazo de 120 (cento e vinte) dias**, contados da assinatura do presente termo de compromisso, a estabelecer junta administrativa para julgar os recursos de infração ou imposição de penalidade, ficando estabelecida, provisoriamente, a competência do Secretário Municipal de Agricultura como órgão de segunda instância;

O COMPROMISSÁRIO compromete-se a não cercear, de qualquer forma, o livre exercício da atividade de fiscal de Serviço de Inspeção Municipal, sem prejuízo de eventuais questões disciplinares oriundas de má-fé ou desídia dos servidores;

O COMPROMISSÁRIO compromete-se a abster-se de conceder Selo de Inspeção Municipal sem prévia inspeção sanitária que constate a efetiva adequação do estabelecimento às normas regulamentares;

O COMPROMISSÁRIO compromete-se a dar ampla divulgação da implementação do S.I.M. na mídia local, bem como estruturar a Secretaria de Agricultura para orientação dos produtores locais;

O COMPROMISSÁRIO compromete-se, por intermédio das Secretarias Municipais de Agricultura (SIM) e Saúde (Vigilância Sanitária), em realizar palestras e reuniões de orientação aos produtores e comerciantes de produtos de origem animal (pelo menos uma vez por ano) sobre as exigências legais e sanitárias do sistema de inspeção. Para tanto, poderá buscar apoio técnico da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI e da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC;

O COMPROMISSÁRIO compromete-se, por intermédio da Vigilância Sanitária, a exigir dos comerciantes afixação, em local visível e de fácil leitura, de um aviso contendo informação correta e ostensiva sobre a procedência dos produtos de origem animal que comercializa, com indicação do estabelecimento produtor e do número do seu registro no Serviço de Inspeção Municipal, Estadual ou Federal;

O COMPROMISSÁRIO compromete-se a não permitir o funcionamento de qualquer local destinado ao abate de animais sem a aprovação dos órgãos competentes e a observância rigorosa de todas as normas sanitárias disciplinadoras da atividade;

O COMPROMISSÁRIO compromete-se a colaborar nas ações (fiscalizações, vistorias, etc.) dos programas institucionais do Ministério Público do Estado de Santa Catarina desenvolvidos por esta Promotoria;

Para a comprovação do avençado nesta Cláusula Primeira, será necessário, tão somente, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos;

CLÁUSULA SEGUNDA: DA POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO

As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se

mostrarem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA TERCEIRA: CLÁUSULA PENAL

A inexecução dos compromissos previstos na Cláusula Primeira implicará, independentemente de notificação, na responsabilidade pessoal e solidária do seu representante signatário e do ente público (art. 275 do Código Civil) ao pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para cada item descumprido.

As multas são independentes, cumulativas e por evento, cujos valores serão revertidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (criado pelo Decreto Estadual n. 1.047/87, disposto na Lei Complementar Estadual n. 738/19 e regulamentado pelo Decreto Estadual n. 808/12), sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas, assim como de execução específica das obrigações assumidas.

Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário, tão somente, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos.

O Compromissário fica ciente de que o cumprimento das obrigações constantes do presente termo não o dispensa de satisfazer qualquer outra exigência prevista em lei, tampouco de cumprir qualquer imposição de ordem administrativa.

CLÁUSULA QUARTA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial, de cunho civil, em face do **COMPROMISSÁRIO**, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste TAC, sendo que o presente Compromisso não exclui a responsabilidade administrativa e criminal pelo ato praticado, nem por sua eventual reiteração.

CLÁUSULA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente ajuste produzirá efeitos legais a partir da data da sua

assinatura, e terá eficácia de título executivo extrajudicial, inclusive com relação às cominações de multa, na forma do art. 5º, §6º, da Lei Federal n. 7.347/85, e art. 784 do Código de Processo Civil.

No **prazo de 15 (quinze) dias**, o Compromissário remeterá cópia do presente ajuste ao Legislativo Municipal, para conhecimento e fiscalização, bem como fará publicar, no Diário Oficial dos Municípios, inclusive no sítio do Município, resumo deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, encaminhando a esta Promotoria de Justiça, nos **15 (quinze) dias** seguintes ao vencimento do prazo, comprovação documental do cumprimento das obrigações mencionadas neste item.

As partes elegem o foro da Comarca de Bom Retiro para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente TAC.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente Termo de Compromisso em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e art. 19 do Ato n. 335/2014/PGJ, o qual será submetido à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, conforme art. 20 do Ato n. 335/2014/PGJ.

Bom Retiro, 7 de julho de 2022.

[assinado digitalmente]

GABRIELA CAVALHEIRO LOCKS
Promotora de Justiça

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO
Prefeito Albino Gonçalves Padilha